



Simulado Especial

ALMS

Analista Legislativo
Área Administrativa

Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **AL-MS**, cargo de **Analista Legislativo - Área Administrativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/yxru4qbWcPKZ4BLr6>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/oVjN>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

TEXTO 1

A segunda vida da saudade

A saudade é uma repescagem. Pela saudade, você descobre que ama alguém mais do que imaginava: é uma necessidade de companhia despertada pela solidão mais funda.

A saudade é um GPS do coração. Você se vê desorientado, longe de um destino, e percebe o valor de uma presença que completa o seu humor, acolhe seus defeitos e ilumina seus dias.

É uma lembrança a dois. Diferente da nostalgia, que é pessoal e intransferível, a saudade se partilha, sofre junto. A nostalgia é encerrada; a saudade é um sentimento em progresso.

Pela saudade, você revisa seus atos e reconhece suas limitações. Não é julgamento do outro, mas de si mesmo com o outro. Uma justiça emocional que tenta consertar omissões e faltas de gentileza.

Ela começa no medo para vencer o medo. Ensina coragem para defender sua autenticidade, enfrentando preconceitos e opiniões alheias. Fortalece vínculos, aponta quem merece permanecer.

A saudade não deixa ninguém para trás. Emparelha almas, sincroniza pensamentos. Consegue ser perdão e gratidão ao mesmo tempo.

É a memória, no período de escassez, de tudo o que foi bom. Um trailer do fim que não queremos assistir. Uma despedida dentro do encontro. Um adeus ensaiado que vira vínculo duradouro e definitivo.

Texto Adaptado. CARPINEJAR, Fabrício. A segunda vida da saudade. O Tempo, 26 set. 2025. Disponível em <https://www.otempo.com.br/opiniaofabricio-carpinejar/2025/9/26/a-segunda-vida-da-saudade>. Acesso em: 26 out. 2025.

1. De acordo com o texto, a diferença entre saudade e nostalgia é que

- a) a saudade é algo que se pode dividir e criar junto com alguém, já a nostalgia é lembrança particular.
- b) a saudade é privativa e a nostalgia depende da presença do outro.
- c) a saudade provoca sofrimento, enquanto a nostalgia desperta apenas lembranças agradáveis.
- d) a saudade se refere apenas ao passado, enquanto a nostalgia projeta o futuro.
- e) a saudade enfraquece os vínculos afetivos, enquanto a nostalgia os fortalece.

2. A construção dos sentidos no texto sugere que

- a) a saudade deve ser evitada, porque fragiliza emocionalmente quem a experimenta.
- b) a saudade impede o amadurecimento emocional das pessoas.
- c) a experiência da saudade leva o sujeito a reinterpretar suas relações e atitudes.
- d) quando há rompimento definitivo entre as pessoas, qualquer lembrança deve ser evitada.
- e) a saudade depende exclusivamente da passagem do tempo para existir.

3. O autor recorre a antônimos no contexto da frase:

- a) Um adeus ensaiado que vira vínculo duradouro e definitivo
- b) Um trailer do fim que não queremos assistir
- c) Consegue ser perdão e gratidão ao mesmo tempo
- d) Uma despedida dentro do encontro
- e) É a memória, no período de escassez

A saudade é um GPS do coração. Você se vê desorientado, longe de um destino, e percebe o valor de uma presença que completa o seu humor, acolhe seus defeitos e ilumina seus dias.

4. Os termos sublinhados, no trecho do texto acima, referem-se, respectivamente, a

- a) valor - humor - humor
- b) destino - presença - você
- c) presença - você - você
- d) presença - humor - defeitos
- e) valor - humor - defeitos

A saudade é um GPS do coração.

5. No trecho acima, a figura de linguagem predominante é:

- a) Antítese.
- b) Comparação.
- c) Hipérbole.
- d) Eufemismo.
- e) Metáfora.

Você se vê desorientado, longe de um destino

6. No contexto em que se encontra, o pronome “se” sublinhado acima

- a) indica indeterminação do sujeito.
- b) expressa ideia de reflexividade.
- c) indica que o sujeito é paciente.
- d) introduz oração que expressa uma condição.
- e) indica reciprocidade.

7. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) Não é julgamento do outro = Não se trata de determinar o comportamento alheio
- b) omissões e faltas de gentileza = ausências inevitáveis e gestos indelicados.

c) aponta quem merece permanecer = revela aqueles que devem insistir.

d) no período de escassez = em momentos de carência

e) vínculo duradouro e definitivo = relação forte e fugaz

Pela saudade, você descobre que ama alguém mais do que imaginava

8. Na frase acima, a forma verbal “imaginava” expressa

- a) um comportamento pontual e concluído no passado.
- b) uma ação passada contínua, que serve de base para a descoberta atual.
- c) uma hipótese não realizada, expressando irrealidade do fato.
- d) uma ação habitual, coerente com a revelação ao narrador.
- e) uma atividade simultânea a outra no presente.

9. Estão indicadas uma causa e sua consequência, nesta ordem, na relação entre as seguintes frases:

- a) O pesquisador defendia com convicção suas hipóteses, contudo os dados refutavam os resultados obtidos.
- b) A comissão, embora pressionada por prazos exíguos, adiou a divulgação do relatório.
- c) O gestor anunciou cortes significativos no orçamento devido à crise econômica.
- d) A estudante revisou cuidadosamente o texto, pois em seguida ele seria avaliado pela banca.
- e) A negligência na manutenção dos equipamentos comprometeu a segurança do laboratório, de modo a ocasionar o acidente.

10. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- a) O projeto de que participei e a pesquisa a que me referi foram aprovados.
- b) O pesquisador que apresentou a tese que discordo não está presente agora.
- c) Os valores de que acredito sustentam da minha conduta.
- d) O contratante não aceitou à proposta de que concordei.
- e) As orientações às quais o aluno obedeceu visavam o aperfeiçoamento.

11. Está plenamente adequada a colocação pronominal na frase:

- a) Conforme disse-lhes ontem, não há professores para lecionar essa disciplina.
- b) Me questiono se passaremos por essa crise ilesos.
- c) Os problemas se resolveriam com o tempo, apontou o relatório.
- d) Entregarão-lhe o diploma no evento de colação de grau.
- e) Nunca esperou-se que a política sofresse tal esvaziamento.

12. A exclusão da vírgula altera o sentido da frase em:

- a) O menino estava feliz, apesar da triste guerra.
- b) Ainda hoje, imagino a vida de meus avós antigamente.
- c) Talvez haja imprecisões na história, mas foi assim que eu a recebi.
- d) Era aniversário de seu tio, que acabara de voltar da guerra.
- e) Após tantos anos de estudo, finalmente se tornou professora.

I vários dias que ela sai para andar _II_ cavalo pelo sítio, sempre _III_ cinco horas da tarde.

13. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- a) À - à - à
- b) Há - a - às
- c) Há - a - a
- d) A - há - às
- e) A - a - a

A morte desconstrói as nossas crenças, as nossas certezas, as nossas convicções.

14. Transpondo-se para a voz passiva a frase acima, a forma verbal resultante deverá ser

- a) é desconstruída
- b) eram desconstruídas
- c) foi desconstruída
- d) desconstrói-se
- e) desconstroem-se

15. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente observadas na frase:

- a) Trata-se de uma oportunidade de conexão relevante entre a escola e a comunidade.
- b) A educação precisa levar o jovem a transformar a realidade em que se encontram.
- c) Entender as estratégias científicas são cruciais para a formação dos alunos.
- d) Uma melhoria de situações são necessárias na comunidade.
- e) Cada um dos alunos fazem propostas baseadas em suas dificuldades.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

16. Uma usina solar opera com um painel fotovoltaico composto por 432 células solares, distribuídas em uma estrutura de x módulos, cada um contendo y células. Durante uma atualização tecnológica, os engenheiros decidiram dobrar a quantidade de módulos instalados, mas, devido a uma limitação de cabeamento, a quantidade de células por módulo foi reduzida à terça parte. Após essa atualização na estrutura da usina, a redução ocorrida no número total de células solares é:

- a) 144.
- b) 192.
- c) 288.
- d) 96.
- e) 384.

17. Uma equipe de botânicos está monitorando o crescimento de uma espécie rara de planta em uma estufa experimental. O número de sementes produzidas por safra segue uma sequência lógica específica:

1, 2, 3, 6, 7, 8, 21, 22, 23, 66, 67, 68, ...

Mantendo-se o padrão observado pelos pesquisadores, o total de sementes produzidas na décima quarta safra (o décimo quarto termo) é:

- a) 229.
- b) 308.
- c) 282.
- d) 255.
- e) 202.

18. Uma oficina mecânica oferece um kit de reparo de motor por 4.200,00 reais e um conjunto de pneus por 2.500,00 reais. Um cliente, ao fechar o serviço completo, obteve um desconto de 5% no kit de reparo e pagou, pela soma dos dois itens, o valor total de 6.290,00 reais. Com base nessas informações, o desconto obtido pelo cliente sobre o preço anunciado do conjunto de pneus foi de:

- a) 6%.
- b) 7%.
- c) 8%.
- d) 9%.
- e) 10%.

19. Uma rede hoteleira está analisando o fluxo de hóspedes que optam por dois tipos de pacotes exclusivos: o pacote Ouro (O) ou o pacote Prata (P). Cada hóspede pode escolher apenas um desses pacotes para sua estadia. Sabe-se que a razão entre o número de hóspedes que escolheram o pacote Ouro e o número de hóspedes que escolheram o pacote Prata, nessa ordem, é igual a 0,2. Com base nessas informações, o número de hóspedes do pacote Prata corresponde, em relação ao número total de hóspedes da rede, a

- a) $\frac{3}{4}$
- b) $\frac{4}{5}$
- c) $\frac{5}{6}$
- d) $\frac{7}{8}$
- e) $\frac{8}{9}$

20. Cinco consultores trabalham cada um em um projeto exclusivo da empresa. Sabe-se que:

- Arthur e Jorge não trabalham no projeto de automação.
- Mauro e Fábio não trabalham no projeto de logística nem no de consultoria.
- Daniel não trabalha no projeto de expansão nem no de auditoria.
- Arthur não trabalha no projeto de logística.
- Daniel não trabalha no projeto de logística nem no de consultoria.
- Fábio não trabalha no projeto de auditoria.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) Arthur trabalha no projeto de consultoria.
- b) Daniel trabalha no projeto de expansão.
- c) Fábio trabalha no projeto de automação.
- d) Jorge trabalha no projeto de auditoria.
- e) Mauro trabalha no projeto de logística.

21. Uma empresa de logística possui um estoque de caixas superior a 130 unidades. Quando as caixas são organizadas em paletes de 3 unidades cada, sobra exatamente uma caixa. Quando são organizadas em paletes de 4 unidades cada, também sobra uma caixa. No entanto, ao serem organizadas em grupos de 7 unidades, não sobra nenhuma caixa. Sendo x o menor número natural de caixas que satisfaz essas condições, a soma dos algarismos de x é:

- a) 19.
- b) 7.
- c) 10.
- d) 9.
- e) 11.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

22. Conforme a Constituição Federal de 1988, entre as hipóteses de competência legislativa privativa da União, assinale a alternativa correta.

- a) Legislar sobre proteção à infância e juventude e sobre metalurgia e jazidas, por se tratar de temas de interesse nacional.
- b) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- c) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e proteção do meio ambiente.
- d) Legislar sobre direito tributário, financeiro e penitenciário, por serem matérias inseridas no campo de competência concorrente.
- e) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de bens de valor histórico, artístico ou cultural.

23. Imagine que o Presidente da República tenha cometido crime de responsabilidade e que um Ministro de Estado também tenha cometido crime de responsabilidade, conexo ao atribuído ao Presidente. Considerando apenas esses dados, assinale a alternativa correta quanto à competência privativa para processar e julgar o Presidente da República, bem como quanto à competência indicada na alternativa sobre outros agentes.

- a) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do STF, que também julga Ministros de Estado, privativamente, nos crimes de responsabilidade.
- b) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do Senado Federal, que também processa e julga Ministros de Estado, privativamente, nas infrações penais comuns.
- c) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do Senado Federal, que também processa e julga, privativamente, os membros do CNMP nos crimes de responsabilidade.
- d) A competência para processar e julgar o Presidente é do Senado Federal, e a competência para processar e julgar o Ministro de Estado é do STF.
- e) A competência para processar e julgar o Presidente é do STF, e a competência para processar e julgar o Ministro de Estado é do Senado Federal.

24. Salvo as hipóteses excepcionais previstas na Constituição Federal de 1988, os magistrados são assegurados por garantias institucionais. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que corresponde a uma garantia constitucional típica da magistratura.

- a) Estabilidade no cargo.
- b) Irredutibilidade de subsídio.
- c) Imunidade material.
- d) Imunidade processual.
- e) Independência funcional.

25. Uma associação pretende compelir o Poder Público a implementar programa previsto em norma constitucional de eficácia limitada, ainda não regulamentada, sustentando que a omissão viola um direito fundamental. No mandado de segurança, pede liminar para imediata execução da política pública, argumentando que a previsão constitucional seria suficiente para demonstrar o direito invocado. A autoridade coatora afirma que a pretensão depende de regulamentação e de escolhas administrativas, exigindo produção probatória e definição de extensão do suposto direito. Considerando o regime do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) O mandado de segurança é cabível, pois toda norma constitucional cria direito exigível de pronto, independentemente de regulamentação.
- b) O mandado de segurança é incabível, pois o direito invocado não é demonstrável de plano e depende de regulamentação e delimitação prévias.
- c) O mandado de segurança é cabível, desde que a associação comprove urgência e apresente plano detalhado de execução da política pública.
- d) O mandado de segurança é cabível, porque a existência de dúvida sobre a extensão do direito não impede a via mandamental, bastando plausibilidade.
- e) O mandado de segurança é incabível apenas quando houver necessidade de perícia, sendo cabível se a prova for exclusivamente documental.

26. Um brasileiro naturalizado tem a naturalização questionada após surgir indício de fraude documental no procedimento. O Ministro de Estado da Justiça edita ato administrativo cancelando a naturalização e declara, de imediato, a perda da nacionalidade. O interessado impugna a medida, sustentando que a Administração não pode criar nem aplicar novos casos de perda de nacionalidade fora do que está previsto na Constituição. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A perda da nacionalidade depende de decisão judicial e não pode ser declarada por ato administrativo, ainda que exista fraude no procedimento.
- b) A perda da nacionalidade pode ser declarada por ato do Ministro, desde que garantidos contraditório e ampla defesa em processo administrativo.
- c) A perda da nacionalidade pode ser declarada administrativamente, com controle judicial posterior apenas para discutir a proporcionalidade da medida aplicada.
- d) A lei ordinária pode criar novas hipóteses de perda de nacionalidade, desde que mantenha coerência com a Constituição e com tratados internacionais.
- e) Tratado internacional pode estabelecer novas hipóteses de perda de nacionalidade, desde que haja decreto interno que discipline a execução do compromisso.

27. Um cidadão, filiado a partido político e com pretensão de concorrer a cargo eletivo, foi condenado definitivamente em ação penal. Na sentença, a pena privativa de liberdade foi substituída por pena restritiva de direitos, e ele não chegou a ser recolhido ao cárcere. Ao requerer certidão de quitação eleitoral, sustenta que não houve suspensão de seus direitos políticos, porque não está preso e porque a pena aplicada não foi de reclusão. À luz do entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Não há suspensão, pois ela depende de efetivo recolhimento à prisão e de pena privativa de liberdade em execução.
- b) Há suspensão enquanto durarem os efeitos da condenação, ainda que a pena tenha sido substituída por restritiva de direitos.
- c) Há suspensão apenas se o crime for doloso e consumado, pois crimes culposos ou tentados não geram esse efeito.
- d) Não há suspensão, pois a substituição da pena afasta qualquer consequência eleitoral, salvo decisão expressa do juiz eleitoral.
- e) Há suspensão apenas se houver declaração administrativa específica, já que a Justiça Eleitoral deve avaliar caso a caso.

28. Em procedimento para formação de lista sêxtupla destinada ao preenchimento de vaga pelo quinto constitucional em tribunal com jurisdição regional, o Conselho Federal da OAB aplica regra que exige do advogado tempo mínimo de inscrição na seccional com abrangência sobre a área de competência do tribunal. Um advogado com longa atuação profissional e inscrição principal em outra seccional impugna a exigência, alegando violação à isonomia e criação de barreira indevida ao acesso à vaga. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A regra é inconstitucional, pois cria restrição territorial incompatível com a participação nacional da advocacia no quinto.
- b) A regra é constitucional, pois permite critério objetivo de aderência regional para a lista, com afastamento apenas se impossível preenchê-la.
- c) A regra é inconstitucional, pois limita a discricionariedade da classe e transforma o procedimento em seleção territorial obrigatória.
- d) A regra é constitucional, pois dispensa a avaliação de reputação e de saber jurídico quando houver o requisito temporal de inscrição.
- e) A regra é inconstitucional, pois só a lei poderia criar requisito adicional ao quinto, sendo vedada disciplina por ato corporativo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

29. Um servidor da Agência Estadual de Vigilância Sanitária de Mato Grosso do Sul, no exercício de suas atribuições legais, realizou a interdição imediata de um restaurante localizado em Campo Grande, após constatar que o estabelecimento funcionava em desacordo com as normas sanitárias estaduais vigentes.

A atuação do servidor público caracteriza o exercício:

- a) do poder regulamentar, pois permite à Administração criar normas abstratas e gerais para disciplinar atividades privadas.
- b) do poder hierárquico, que autoriza a Administração a aplicar sanções diretamente aos particulares.
- c) do poder de polícia, que possibilita à Administração Pública restringir o uso de bens e o exercício de atividades individuais em benefício do interesse público.
- d) do poder disciplinar, voltado à apuração de infrações cometidas por servidores públicos estaduais.
- e) da discricionariedade administrativa, que afasta a necessidade de previsão legal para a prática do ato.

30. O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei criando a Secretaria de Estado de Proteção ao Pantanal, com estrutura própria e cargos necessários ao seu funcionamento. Anos depois, pretende extinguir essa Secretaria por meio de decreto, alegando reorganização administrativa.

Considerando as regras sobre a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que a Secretaria de Estado:

- a) possui personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, podendo ser criada e extinta por decreto do Governador.
- b) integra a Administração Indireta e depende de lei específica apenas para sua criação.
- c) é órgão da Administração Direta e somente pode ser criada e extinta por lei, admitindo-se decreto apenas para extinguir cargos vagos.
- d) resulta da descentralização administrativa e pode ser livremente reorganizada pelo Chefe do Executivo.
- e) pode ser criada por lei e extinta por decreto, desde que não haja aumento de despesas.

31. O Estado de Mato Grosso do Sul criou, por lei, uma entidade denominada Agência Estadual de Desenvolvimento Regional, com personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e atuação voltada à execução de políticas públicas de fomento econômico.

Sobre essa entidade, é correto afirmar que:

- a) trata-se de órgão da Administração Direta, pois executa políticas públicas típicas do Estado.
- b) integra a Administração Indireta, pois possui personalidade jurídica distinta do ente que a instituiu.
- c) somente poderá existir se vinculada hierarquicamente ao Governador do Estado.
- d) não poderá gozar de prerrogativas do regime de direito público, ainda que seja uma autarquia.
- e) passa a integrar a Administração Direta após o início de suas atividades.

32. Um Diretor de Departamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul deixou de decidir um processo administrativo dentro do prazo legal. Diante da omissão, o Secretário de Estado decide assumir temporariamente a decisão do processo, para evitar prejuízos à população.

Essa conduta do Secretário caracteriza o exercício do poder:

- a) disciplinar, por substituir o agente omissor.
- b) de polícia, por interferir na atividade administrativa.
- c) regulamentar, por reorganizar a atuação do órgão.
- d) hierárquico, por chamar para si competência de subordinado.
- e) correicional, por apurar falha funcional.

33. Segundo a Lei nº 14.133/2021, a regra geral para a duração dos contratos administrativos é:

- a) vigência limitada a 12 meses, vedada prorrogação.
- b) vigência definida no edital, observada a disponibilidade de créditos orçamentários em cada

exercício financeiro e a previsão no PPA quando o prazo ultrapassar 1 ano.

- c) prazo máximo de 5 anos para todo e qualquer contrato administrativo.
- d) vigência indeterminada, desde que prevista no contrato.
- e) prazo fixado exclusivamente pelo gestor do contrato.

34. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, reajustamento em sentido estrito é:

- a) a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro baseada na análise da variação dos custos de mão de obra.
- b) a alteração do valor contratual em razão de acréscimos ou supressões do objeto.
- c) a aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato para refletir a variação efetiva do custo de produção.
- d) o aumento do valor contratado em razão de erro no orçamento estimado.
- e) a revisão contratual decorrente de fatos imprevisíveis.

35. Segundo a LGPD, a suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais pode ser aplicada:

- a) por prazo indeterminado, até decisão judicial definitiva.
- b) pelo prazo máximo de 6 meses, admitida prorrogação por igual período.
- c) exclusivamente após condenação criminal do controlador.
- d) apenas em conjunto com a aplicação de multa simples.
- e) somente em relação a bancos de dados públicos.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Tiago Zanolla*

36. À luz da Lei nº 6.278/2024, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa CORRETA acerca da readaptação e da reversão do servidor público:

- a) A readaptação depende da existência de cargo vago e, caso inexistente, o servidor deverá aguardar em disponibilidade até a abertura da vaga.
- b) A readaptação pode implicar redução remuneratória, desde que compatível com o novo cargo exercido pelo servidor.
- c) A reversão somente poderá ocorrer por requerimento do servidor aposentado, sendo vedada a reversão de ofício pela Administração.
- d) A reversão poderá ser efetivada em cargo diverso daquele anteriormente ocupado, ainda que resulte em remuneração inferior aos proventos da inatividade.
- e) A reversão do servidor aposentado por invalidez dá direito, em caso de nova aposentadoria, à contagem do tempo de serviço computado na aposentadoria anterior.

37. À luz dos arts. 226, 227 e 228 do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo, assinale a alternativa CORRETA acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores:

- a) A advertência será aplicada verbalmente nos casos de transgressão disciplinar leve, dispensado o registro no assentamento funcional do servidor.
- b) A suspensão poderá exceder noventa dias nos casos de falta grave, desde que haja reincidência específica.
- c) O servidor suspenso mantém as vantagens e direitos do cargo, salvo se houver conversão da penalidade em multa.

d) A pena de multa é aplicável exclusivamente ao servidor ativo que pratique transgressão disciplinar de natureza média.

e) A pena de multa pode ser aplicada ao servidor inativo ou em disponibilidade que tenha praticado, na atividade, transgressão disciplinar de natureza média.

38. De acordo com a Lei nº 6.279/2024, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa CORRETA quanto aos conceitos nela definidos:

- a) Classe corresponde à posição ocupada pelo servidor na escala de vencimentos, identificada por referência e classe.
- b) Promoção vertical consiste na mudança do servidor de uma referência de vencimento para a imediatamente subsequente, dentro da mesma classe.
- c) Carreira é definida como o conjunto de carreiras, cargos isolados e funções de confiança que integram a Assembleia Legislativa.
- d) Promoção horizontal consiste na mudança do servidor de uma referência de vencimento para a imediatamente subsequente, dentro da mesma classe do cargo que ocupa.
- e) Padrão de vencimento corresponde a cada um dos níveis de vencimento básico contidos nas classes salariais.

39. Com base nos arts. 27 e 28 da Lei nº 6.279/2024, que tratam do desenvolvimento funcional dos servidores efetivos da Carreira Legislativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O desenvolvimento funcional é aplicável a todos os cargos do Poder Legislativo, incluindo cargos em comissão, e tem como finalidade exclusiva a progressão remuneratória.
- b) O desenvolvimento funcional está estruturado em cinco classes, cada uma contendo três referências, sendo realizado exclusivamente por meio de promoção vertical.
- c) A promoção horizontal consiste na mudança do servidor para classe imediatamente superior, após interstício mínimo de vinte e quatro meses de efetivo exercício.
- d) A promoção horizontal ocorre com mudança de referência dentro da mesma classe, exigindo interstício de doze meses na primeira referência e de vinte e quatro meses na segunda, com acréscimo pecuniário de três por cento entre as referências.
- e) As ausências, licenças e afastamentos autorizados pelo Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo não são computados como tempo de efetivo exercício para fins de promoção horizontal.

40. À luz do art. 232, que disciplina as circunstâncias agravantes e atenuantes da penalidade disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prática de transgressão disciplinar mediante promessa de recompensa constitui circunstância atenuante, por revelar influência externa sobre a conduta do servidor.
- b) A coação resistível para a prática da transgressão disciplinar é considerada circunstância agravante, por não excluir a voluntariedade do agente.
- c) A coação, a instigação ou o uso de influência sobre outro servidor para a prática de transgressão disciplinar constituem circunstâncias agravantes da penalidade.

d) A prática de mais de uma transgressão disciplinar decorrente da mesma ação ou omissão configura circunstância atenuante, por revelar unidade de conduta.

e) A execução de transgressão disciplinar com o concurso de duas ou mais pessoas é circunstância atenuante, por diluir a responsabilidade individual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

41. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) introduziu a lógica da Administração Pública Gerencial no Brasil, buscando superar a rigidez burocrática. Segundo o documento, o aparelho do Estado foi dividido em setores, cada um com sua forma de propriedade e de administração recomendadas. Considere que a Assembleia Legislativa decida revisar a estrutura de seus órgãos de apoio, identificando atividades que, embora sejam financiadas pelo Estado, não necessitam ser executadas diretamente por esse. Segundo a lógica do PDRAE, tais atividades estariam situadas no setor de:

- a) Núcleo Estratégico.
- b) Atividades Exclusivas de Estado.
- c) Serviços Não Exclusivos.
- d) Produção de Bens e Serviços para o Mercado.
- e) Regulação e Fomento.

42. Um determinado setor administrativo da AL-MS está passando por uma reestruturação. O Diretor-Geral propôs um modelo híbrido para lidar com a complexidade das novas demandas legislativas, onde as equipes serão formadas e coordenadas por um chefe para atender a demandas específicas de modernização legislativa e, ao mesmo tempo, os servidores continuarão respondendo tecnicamente aos seus chefes de departamento originais. Essa configuração exige alta capacidade de negociação e gestão de conflitos. Segundo Chiavenato e Sobral, essa estrutura é denominada:

- a) Funcional.
- b) Divisional.
- c) Matricial.
- d) Em Rede.
- e) Linear.

43. Ao implementar o Balanced Scorecard (BSC) no âmbito da Assembleia Legislativa, a equipe de planejamento estratégico deparou-se com a necessidade de adaptar a metodologia clássica de Kaplan e Norton à realidade pública. Nesse contexto, é correto afirmar que, ao desenhar o Mapa Estratégico da AL-MS,

- a) a perspectiva Financeira deve ocupar o topo do mapa, pois a restrição orçamentária (Lei de Responsabilidade Fiscal) é o principal limitador da ação pública.
- b) a perspectiva dos Processos Internos deve ser eliminada, visto que a burocracia pública foca nos resultados finalísticos e não nos meios.
- c) a perspectiva do Cliente - cidadão/sociedade - deve ser posicionada no topo do mapa ou em nível equivalente à perspectiva Financeira, demonstrando que o objetivo final é a geração de valor público e não o retorno financeiro.
- d) a perspectiva de Aprendizado e Crescimento torna-se irrelevante, pois os servidores públicos possuem estabilidade.

e) Os vetores *lagging* devem ser priorizados em detrimento dos vetores *leading*, dada a necessidade de prestação de contas.

44. Um Analista Legislativo foi designado para mapear as rotinas da Secretaria de Recursos Humanos, identificando a seguinte sequência de ações: "Inserir cartão no leitor", "Digitar senha", "Selecionar opção de saque". Segundo a hierarquia da modelagem de processos (BPM CBOK), esse conjunto de passos simples, executados por uma única pessoa em uma única estação de trabalho, sem interrupções, classifica-se tecnicamente como:

- a) Macroprocesso.
- b) Processo de Negócio.
- c) Subprocesso.
- d) Atividade.
- e) Tarefa.

45. A Assembleia Legislativa deseja implantar um Escritório de Projetos (PMO) para padronizar a gestão de seus contratos e obras. A Diretoria deseja que esse PMO não apenas forneça metodologias e modelos, mas que também exerça um grau moderado de controle, exigindo conformidade com os padrões estabelecidos, embora não assuma a gestão direta dos projetos, que continua com os gerentes de cada área. Segundo o Guia PMBOK, esse tipo de estrutura de PMO é classificada como:

- a) De Suporte.
- b) De Controle.
- c) Diretivo.
- d) Estratégico.
- e) Operacional.

46. Durante uma sessão administrativa, um gestor da AL-MS precisa decidir sobre a aquisição de um novo software. Embora idealmente devesse analisar todas as opções do mercado mundial, todas as variáveis de preço futuro e todas as consequências possíveis, o gestor restringe sua análise a três fornecedores conhecidos e escolhe aquele que atende aos requisitos de qualidade e preço, encerrando a busca. Segundo a Teoria da Decisão, esse comportamento ilustra o conceito de:

- a) Racionalidade.
- b) Intuição Gerencial Pura.
- c) Racionalidade Limitada.
- d) Decisão Programada.
- e) Groupthink.

47. A Escola do Legislativo realizou um curso de capacitação e ao analisar os indicadores, verificou-se que:

- 1. O custo por aluno foi 10% menor que o previsto no orçamento.
- 2. 95% dos inscritos concluíram o curso e receberam o certificado.
- 3. Seis meses após o curso, não houve melhoria mensurável na qualidade do trabalho desempenhado pelos servidores capacitados.

Com base na gestão de desempenho, é correto afirmar que o projeto foi:

- a) Eficiente, eficaz e efetivo.
- b) Ineficiente, mas eficaz e efetivo.
- c) Eficiente, eficaz e não efetivo.
- d) Apenas eficiente.
- e) Apenas efetivo.

48. No planejamento estratégico da AL-MS foi realizado um brainstorming com algumas lideranças do órgão, onde foram listados os seguintes itens a partir de um diagnóstico estratégico:

- I. Servidores altamente qualificados e com longo tempo de casa.
- II. Possibilidade de cortes no repasse orçamentário devido à crise econômica estadual.
- III. Sistema de Tecnologia da Informação obsoleto e lento.
- IV. Crescimento da demanda por transparência digital.

Classificando corretamente os itens na matriz, temos:

- a. I-Força; II-Fraqueza; III-Ameaça; IV-Oportunidade.
- b. I-Força; II-Ameaça; III-Fraqueza; IV-Oportunidade.
- c. I-Oportunidade; II-Ameaça; III-Fraqueza; IV-Força.
- d. I-Força; II-Ameaça; III-Ameaça; IV-Oportunidade.
- e. I-Fraqueza; II-Oportunidade; III-Força; IV-Ameaça.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

49. Na administração, há um tipo de planejamento elaborado pela alta administração, no nível institucional, com alcance sobre toda a organização e orientação voltada ao longo prazo. Esse planejamento é denominado:

- a) planejamento intermediário
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento estratégico
- e) planejamento gerencial

50. O Balanced Scorecard (BSC) é utilizado para desdobrar missão, visão e estratégia em um mapa estratégico, no qual objetivos estratégicos se organizam em perspectivas clássicas, ligadas por relações de causa e efeito.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente essas perspectivas:

- a) Funcionários, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- b) Financeira, Cliente, Processos Externos e Aprendizado e Crescimento.
- c) Financeira, Funcionários, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- d) Financeira, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- e) Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

51. Na matriz SWOT, busca-se identificar elementos do ambiente externo e do ambiente interno da organização. Assim, oportunidades e ameaças dizem respeito ao _____, enquanto forças e fraquezas se referem ao _____.

As palavras que preenchem corretamente às lacunas são, respectivamente:

- a) ambiente estrutural; ambiente sociológico.
- b) ambiente interno; ambiente externo.
- c) ambiente externo; ambiente interno.
- d) ambiente físico; ambiente político.
- e) ambiente interno; ambiente social.

52. Quando a coordenação do trabalho acontece por colaboração voluntária entre integrantes de uma equipe, baseada em comunicação informal, sem que exista relação de subordinação entre eles, esse tipo de coordenação é chamado de:

- a) autoridade de linha
- b) função de staff

- c) grade gerencial
- d) cadeia de comando
- e) ajuste espontâneo

53. No setor Y da organização SF 123, a relação entre o líder e os liderados é marcada por uma troca: o líder estabelece metas e, conforme o desempenho, oferece recompensas/benefícios em contrapartida ao alcance dos resultados. No caso narrado, trata-se da:

- a) Liderança transformacional
- b) Liderança transacional
- c) Liderança democrática
- d) Liderança liberal
- e) Liderança autocrática

54. De acordo com a hierarquia de necessidades de Maslow, após a satisfação das necessidades primárias (fisiológicas e de segurança), a próxima necessidade a ser satisfeita é chamada de necessidade

- a) de segurança
- b) social
- c) fisiológica
- d) de estima
- e) de autorrealização

55. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são chamados de processos:

- a) secundários
- b) de suporte
- c) primários
- d) de apoio
- e) gerenciais

56. A doutrina administrativa costuma diferenciar decisões programadas e não programadas no contexto organizacional. Essa distinção se baseia, essencialmente, no(a):

- a) fato de as decisões não programadas serem apenas paliativas e comprometerem metas.
- b) qualidade do processo decisório, pois decisões não programadas são tomadas sem reflexão.
- c) grau de efetividade da decisão, sendo as não programadas necessariamente menos efetivas.
- d) êxito ou fracasso verificado apenas após a decisão, o que exigiria avaliação necessariamente ex post.
- e) o grau de recorrência ou ineditismo situação, sendo as decisões programadas aquelas que fazem parte do acervo de soluções da organização e as decisões não programadas aquelas destinadas a situações não rotineiras.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Herbert Almeida

57. Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos do processo licitatório conforme expressamente previsto na Lei nº 14.133/2021:

- a) Garantir a contratação do fornecedor que possua o maior tempo de atuação no mercado nacional, visando a segurança do objeto.
- b) Promover a reserva de mercado para empresas locais em detrimento de empresas sediadas em outros entes federativos.
- c) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- d) Priorizar a contratação de bens e serviços estrangeiros para garantir a inovação tecnológica contínua da Administração.
- e) Permitir que a Administração selecione a proposta mais onerosa, desde que apresente maior número de funcionalidades acessórias.

58. No que diz respeito às modalidades de licitação, o leilão é a modalidade utilizada para a:

- a) Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- b) Aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital.
- c) Seleção de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico.
- d) Contratação de obras e serviços de engenharia de grande vulto pelo critério de técnica e preço.
- e) Alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

59. A Prefeitura do Município Z deseja contratar um renomado cantor sertanejo, consagrado pela opinião pública nacional e pela crítica especializada, para se apresentar no encerramento da feira agropecuária local. A contratação será realizada por intermédio de seu empresário exclusivo. De acordo com as regras de contratação direta da Lei nº 14.133/2021, essa situação caracteriza um caso de:

- a) licitação dispensável, tendo em vista que o valor da contratação de artistas de renome é sempre considerado de baixo vulto para a Administração.
- b) inexigibilidade de licitação, uma vez que a competição é inviável para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por intermédio de empresário exclusivo.
- c) pregão eletrônico, pois os serviços artísticos são considerados serviços comuns cujos padrões de desempenho podem ser descritos no edital.
- d) licitação dispensada, pois o interesse público na promoção da cultura local obriga a Administração a não realizar procedimento licitatório.
- e) concorrência pública, devendo a Administração selecionar o artista que oferecer o maior desconto sobre o cachê médio praticado no mercado.

60. Determinada autarquia federal celebrou um contrato administrativo para a construção de um armazém de suprimentos. No decorrer da execução, a Administração constatou a necessidade de alterar as especificações técnicas de uma das alas do edifício para garantir a segurança estrutural, o que não estava previsto no projeto original. Com base nas prerrogativas contratuais da Administração Pública e nas disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) Os contratos podem ser alterados unilateralmente pela Administração quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- b) Toda e qualquer alteração qualitativa no objeto do contrato depende obrigatoriamente da concordância prévia e por escrito da empresa contratada.
- c) O contratado tem o direito de rescindir o contrato imediatamente caso a Administração proponha qualquer alteração unilateral no projeto básico.
- d) As alterações unilaterais do projeto para melhor adequação técnica podem transfigurar o objeto da licitação desde que de forma justificada pela autoridade competente.
- e) Alterações qualitativas decorrentes de erro no projeto original são vedadas, devendo a Administração anular o contrato e realizar nova licitação.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

Antônio Daud

61. Considerando os mecanismos de controle da atuação do poder público, marque a alternativa que descreve corretamente instrumento de controle interno:

- a) representação, que consiste em pedido endereçado à autoridade hierarquicamente superior para que seja reexaminada determinada decisão.

- b) ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social.
- c) ação popular, impetrável por qualquer cidadão visando anular ato lesivo ao patrimônio público.
- d) revisão, admitida após surgimento de fatos novos que demonstrem a inadequação da penalidade aplicada.
- e) pedido de reconsideração, no qual o magistrado reexamina sua decisão anterior.

62. O Congresso Nacional exerce relevante competência fiscalizatória sobre os atos dos demais poderes, sobretudo do Poder Executivo, como expressão do sistema de freios e contrapesos. Essa função é desempenhada diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas da União, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública.

Marque a alternativa que menciona competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- b) apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- c) fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, à exceção daqueles relativos à administração indireta.
- d) anular atos vinculados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- e) julgar as contas prestadas pelos gestores públicos em geral.

63. Considerando as regras aplicáveis ao controle parlamentar indireto, assinale a alternativa que NÃO apresenta corretamente competência do Tribunal de Contas da União (TCU):

- a) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- b) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estatutários, empregados públicos e contratados por razões de excepcional interesse público.
- c) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, nos termos do tratado constitutivo.
- d) realizar, por iniciativa própria, auditorias nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- e) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, incluindo multa proporcional ao dano causado ao erário.

64. O controle externo e o controle interno são mecanismos complementares de fiscalização da Administração Pública, mas exercidos por instâncias distintas, sendo que este é exercido no âmbito do próprio Poder ou órgão, de forma contínua, buscando orientar a atuação administrativa, corrigir falhas e evitar irregularidades antes que elas se consolidem.

Considerando este tema, assinale a alternativa que NÃO menciona finalidade do sistema de controle interno:

- a) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária e financeira.
- c) exercer o controle das operações de crédito.

d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo.

LEIS ADMINISTRATIVAS - LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA LEI Nº 8.429/1992; PROCESSO ADMINISTRATIVO: CONCEITO, PRINCÍPIOS, FASES E MODALIDADES. LEI Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO). LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.853/2019

Rodrigo Bet

65. Um empresário forneceu documentos falsos para que um servidor estadual de Mato Grosso do Sul direcionasse uma licitação em seu favor. O esquema foi descoberto, e ficou comprovado que o particular participou ativamente da prática do ato ilícito.

À luz da Lei nº 8.429/1992 e do entendimento do STF, é correto afirmar que:

- a) apenas o servidor público pode responder por improbidade administrativa.
- b) o particular não responde por improbidade, mas apenas por ilícito penal ou civil.
- c) o particular pode responder por ato de improbidade administrativa, se comprovada sua participação no ilícito.
- d) o particular somente responderá se ocupar cargo público no momento dos fatos.
- e) a responsabilização do particular depende de prévia condenação do agente público.

66. Nos termos do § 4º do art. 23 da Lei nº 8.429/1992, o prazo prescricional interrompe-se, entre outras hipóteses:

- a) pela instauração de processo administrativo disciplinar.
- b) pela citação válida do réu na ação de improbidade administrativa.
- c) pela publicação da sentença de improcedência, ainda que não confirmada por tribunal.
- d) pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- e) exclusivamente pelo trânsito em julgado da condenação.

67. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, para que seja celebrado acordo de não persecução civil, é obrigatório, entre outros requisitos:

- a) o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida, ainda que oriunda de agentes privados.
- b) a confissão formal do agente público e a aplicação imediata de sanção administrativa.
- c) a homologação pelo Tribunal de Contas competente.
- d) a celebração exclusiva antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- e) a homologação judicial apenas quando celebrado na fase de execução da sentença.

68. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que:

- a) o controlador realiza o tratamento de dados pessoais em nome de terceiro.
- b) o operador é a pessoa natural ou jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- c) o encarregado atua exclusivamente como fiscal interno do controlador, sem contato com titulares de dados.

d) o operador toma decisões estratégicas sobre a finalidade do tratamento de dados pessoais.

e) o encarregado é o canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

69. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, nos contratos de obras e serviços de engenharia:

- a) a medição será trimestral, salvo disposição contratual em sentido diverso.
- b) a medição ocorrerá apenas ao final da execução do objeto.
- c) a medição será mensal, sempre que compatível com o regime de execução.
- d) a medição dependerá de autorização do órgão de controle externo.
- e) a medição será anual, independentemente do regime de execução.

70. Nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, constitui motivo para extinção do contrato administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- a) a conveniência e oportunidade da Administração Pública, ainda que sem motivação formal.
- b) o atraso no pagamento por parte da Administração, independentemente do prazo ou da justificativa.
- c) a falência, a insolvência civil, a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- d) a alteração unilateral do contrato promovida pelo particular contratado.
- e) a inexistência de cláusula contratual prevendo hipóteses de extinção.

71. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, é direito do administrado perante a Administração Pública:

- a) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, os quais devem facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- b) exigir decisão favorável sempre que apresentar documentos antes do julgamento do processo.
- c) ser representado obrigatoriamente por advogado em todo processo administrativo.
- d) recorrer diretamente ao Poder Judiciário antes da decisão administrativa final.
- e) apresentar alegações e documentos somente após a decisão administrativa.

72. Conforme dispõe a Lei nº 9.784/1999, após a conclusão da instrução do processo administrativo, qual é o prazo que a Administração Pública possui para proferir decisão, salvo prorrogação motivada?

- a) 10 dias
- b) 15 dias
- c) 20 dias
- d) 30 dias
- e) 60 dias

73. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, não constitui hipótese legal de classificação da informação aquela cuja divulgação possa:

- a) pôr em risco a integridade do território nacional.
- b) prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do país.
- c) comprometer atividades de inteligência, investigação ou fiscalização em andamento.
- d) causar constrangimento político à autoridade responsável pelo ato administrativo.
- e) pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população.

74. Segundo a Lei nº 12.527/2011 (LAI), sobre a classificação das informações quanto ao grau de sigilo, é correto afirmar que:

- a) Informações ultrassecretas têm prazo máximo de sigilo de 50 anos.
- b) Informações reservadas permanecem sob sigilo por até 10 anos.
- c) Informações confidenciais possuem prazo máximo de restrição de 20 anos.
- d) Informações que possam colocar em risco a segurança do Presidente e do Vice-Presidente da República, bem como de seus cônjuges e filhos(as), são classificadas como reservadas e ficam sob sigilo até o término do mandato.
- e) Informações ultrassecretas possuem prazo máximo de sigilo de 20 anos.

75. Segundo a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a informação obtida diretamente na fonte, com o máximo de detalhamento possível e sem alterações, corresponde ao conceito de:

- a) Atualidade.
- b) Integridade.
- c) Autenticidade.
- d) Primariedade.
- e) Disponibilidade.

76. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), informações classificadas como *secretas* podem ter o acesso restringido por prazo máximo de:

- a) 5 anos, contados da data da solicitação de acesso.
- b) 5 anos, contados da data de produção da informação.
- c) 15 anos, contados da data de produção da informação.
- d) 15 anos, contados da data da classificação.
- e) 10 anos, contados da data da produção da informação.

GESTÃO DE PESSOAS*Douglas Schneider*

77. Considere que determinado órgão público esteja implementando um programa de educação corporativa com vistas ao desenvolvimento contínuo de seus servidores. Nesse contexto, a literatura aponta que a educação corporativa, diferentemente do treinamento tradicional, caracteriza-se por

- a) focalizar a aprendizagem pontual e reativa, direcionada à correção de lacunas de desempenho identificadas no curto prazo.
- b) restringir-se ao desenvolvimento de competências técnicas específicas, desconsiderando aspectos comportamentais e estratégicos.
- c) vincular as ações de aprendizagem às estratégias organizacionais, promovendo o desenvolvimento de competências críticas para o negócio.
- d) concentrar esforços na capacitação de ocupantes de cargos operacionais, sendo inaplicável a posições gerenciais e estratégicas.
- e) prescindir de diagnóstico prévio de necessidades, uma vez que se pauta exclusivamente nas demandas individuais dos colaboradores.

78. No âmbito da gestão de conflitos em organizações públicas, a literatura especializada descreve diferentes estilos de administração de conflitos interpessoais. O estilo no qual uma das partes busca satisfazer os interesses da outra, ainda que em detrimento dos próprios, abrindo mão de suas posições em favor da manutenção do relacionamento, é denominado estilo de

- a) competição.
- b) colaboração.
- c) evitação.
- d) acomodação.
- e) compromisso.

79. Suponha que a área de gestão de pessoas de determinada autarquia estadual pretenda elaborar o planejamento de recursos humanos para o próximo exercício. Dentre os modelos de planejamento de RH descritos pela literatura, aquele que se utiliza de mapas de substituição ou organogramas de encarreiramento, classificando os colaboradores conforme seu desempenho atual e potencial de promoção, corresponde ao modelo

- a) baseado na procura estimada do produto ou serviço.
- b) baseado em segmentos de cargos.
- c) de substituição de postos-chave.
- d) baseado no fluxo de pessoal.
- e) de planejamento integrado.

80. A motivação dos colaboradores constitui tema central na gestão de pessoas e diversas teorias buscam explicar os fatores que a influenciam. De acordo com a Teoria dos Dois Fatores, proposta por Herzberg, os elementos relacionados ao conteúdo do cargo e à natureza das tarefas executadas, capazes de produzir satisfação no trabalho, são denominados fatores

- a) higiênicos, cuja presença gera satisfação e cuja ausência provoca insatisfação.
- b) motivacionais, cuja presença gera satisfação, mas cuja ausência não necessariamente provoca insatisfação.
- c) extrínsecos, relacionados às condições físicas e às políticas da organização.
- d) de manutenção, responsáveis por evitar a insatisfação e manter o equilíbrio organizacional.
- e) contextuais, vinculados ao ambiente de trabalho e às relações interpessoais.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
